

## O NACIONALISMO É O QUE NOS UNE: A FPN E O MARECHAL LOTT NAS ELEIÇÕES DE 1960<sup>1</sup>

Guilherme Leite Ribeiro  
Doutorando em História – UFRJ  
guilhermeribeirohist@gmail.com

### Introdução

O nacionalismo é um dos termos de mais difícil definição na historiografia. Por ser extremamente plástico e servir a diferentes fins, está presente tanto em setores da direita quanto da esquerda. Por isso, o conceito fez e continua fazendo parte do vocabulário político de diferentes atores, com pouco ou nenhum rigor conceitual.

Um dos grupos organizados que arrogou para si esse termo foi a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Criado em 1956, o bloco foi um dos mais sintomáticos no que concerne à defesa de um nacionalismo que estivesse acima dos partidos, sendo importante na luta por questões que estavam na ordem do dia, como a limitação da remessa de lucros a outros países e as reformas de base.

Nesse mesmo contexto, ascendia no cenário político Henrique Teixeira Lott. Militar respeitado nas Forças Armadas, o marechal foi um dos personagens centrais do Brasil na segunda metade da década de 1950. Com sua postura considerada apolítica e legalista por diferentes setores, incluindo nesse rol a FPN, Lott liderou um processo que ficaria conhecido como “contragolpe preventivo”, a ser explicado em detalhes durante esse trabalho, mas que garantiu a posse do presidente e vice-presidente eleitos no sufrágio presidencial de 1955, respectivamente, Juscelino Kubitschek e João Goulart. A partir dali, Henrique Teixeira Lott emergiu como um nome forte na política brasileira, tornando-se candidato à presidência em 1960.

O objetivo desse trabalho é investigar a participação da Frente Parlamentar Nacionalista no processo que culminou com o lançamento da candidatura do marechal Lott à corrida presidencial de 1960. Com base em algumas declarações de deputados que vivenciaram aqueles momentos, registradas nos Diários da Câmara e/ou em entrevistas posteriores, defendemos a hipótese de que a FPN teve um papel decisivo naquele momento, sendo um ator extremamente ativo também durante a campanha eleitoral.

---

<sup>1</sup> Agradeço à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de Doutorado Nota 10.

Dividimos o trabalho em duas seções. Na primeira, abordamos a carreira militar e o início da vida política do marechal Lott. Também analisamos a bibliografia que se debruçou a estudar a trajetória de Lott, quase sempre o fazendo de maneira laudatória. Na segunda, apresentamos, em linhas gerais, o que foi a Frente Parlamentar Nacionalista, enfatizando suas principais bandeiras e a similitude de pautas que eram defendidas pelo marechal. Além disso, a principal hipótese do trabalho é investigada, recuperando os bastidores do processo que levou à escolha de Lott como presidenciável ainda em 1959. Discutem-se ainda outros aspectos importantes naquele momento, como um possível “racha” que a FPN teria sofrido devido a dissensões internas decorrentes do engajamento de seus partícipes na campanha de Lott.

Acreditamos que o presente estudo consiga trazer novos elementos para as discussões sobre o nacionalismo dos anos 1950 e também sobre a participação de atores pouco estudados pela historiografia, como a FPN. Da mesma forma, esperamos contribuir para o debate sobre um dos personagens mais importantes no período da chamada República de 1946, fundamental para entender a instabilidade política dos anos 1960 que culminaria com o golpe de 1964.

### **1) Por que Lott? Ascensão do marechal na política brasileira**

Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1894-1984) foi um dos personagens políticos mais importantes da República brasileira. Ao se estudar o período de 1946 a 1964, seu nome é quase sempre lembrado devido ao destaque que teve em momentos-chave daqueles anos. Dentro do difuso movimento nacionalista, era quase consensual ver no marechal Lott uma das figuras de maior relevo e admiração. Como se chegou a tal patamar, é o que procuraremos estudar nos próximos parágrafos.

Em primeiro lugar, é importante fazer uma ressalva quanto à bibliografia consultada que se debruçou sobre o marechal. Como veremos, a maioria dos trabalhos dedicados a resgatar a biografia de Lott são laudatórios ou destinados a algum objetivo específico naquele momento, notadamente a eleição presidencial de 1960. Por isso, é mister sublinhar o caráter militante de várias dessas obras, que, no entanto, contribuíram

muito para a reprodução de elementos factuais importantes que ajudaram a explicar a ascensão de Lott dentro das correntes nacionalistas.<sup>2</sup>

O que une os principais biógrafos desse personagem é a insistência em mostrar a equidistância do marechal em relação à política (COSTA, 1960; JORGE, 1960; SENNA, 1968). Até mesmo a obra de Viriato de Castro (1959), exceção nesse conjunto de trabalhos por ser crítica a Lott, reconhecia a tendência apolítica do marechal (CARLONI, 2014, p. 28).

Em meio a uma sólida carreira militar, Henrique Teixeira Lott foi convidado a assumir o ministério da Guerra em 1954 pelo então presidente Café Filho, dias depois do suicídio de Getúlio Vargas e das conseqüentes manifestações Brasil afora, que convulsionaram o país. A bibliografia é quase unânime em apontar uma primeira negativa de Lott em aceitar o cargo. Mais tarde, ele seria impelido a assumir após a insistência de alguns nomes ligados ao governo, que viam nele o homem certo para ocupar o posto em um momento de grave conturbação. Mesmo tendo assinado o Manifesto dos Generais, no qual os militares se colocavam contra a permanência de Getúlio Vargas no poder, àquela altura já bastante enfraquecido, Lott foi bem recebido tanto por getulistas quanto por não-getulistas quando assumiu o Ministério da Guerra em agosto de 1954. Isso se deveu ao fato de ele ser “considerado um exemplo de militar profissional rígido e impecável” (WILLIAM, 2005, p. 21), o que, naquele momento, era importante para acalmar o clima de radicalização política e social.

Quando se passou a ventilar a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência, ainda em 1954, os primeiros ruídos de insatisfação começaram entre alguns quadros militares (CARLONI, 2014, p. 109). O político mineiro era considerado um dos herdeiros do espólio eleitoral de Getúlio Vargas, o que causava certa apreensão em determinados setores. Em 1955, com a confirmação do nome de João Goulart para disputar a vice-presidência do Brasil na chapa de Kubitschek, a possibilidade de anulação do pleito que ainda nem havia acontecido se tornou mais forte.

---

<sup>2</sup> De todas as obras comumente citadas para a construção da biografia de Lott, a única que não foi encontrada foi o livro escrito por Benedita Pampolha, intitulado *Lott: o marechal da legalidade*, publicado em 1960. Os demais são trabalhados ao longo desse artigo.

Com as crescentes ameaças à posse da chapa caso esta saísse vitoriosa, Lott entrou no debate público garantindo a legalidade e a tranquilidade do processo que ocorreria no final de 1955 (WILLIAM, 2005, p. 89). Alguns grupos e organizações também procuraram se manifestar nessa época visando o respeito às normas democráticas, como o jornal *Correio da Manhã*, que condenava a tentativa de “rompimento institucional” (FERREIRA, 2003, p. 317). Surgiram naquele momento grupos como a Liga de Defesa da Legalidade, que objetivava legitimar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, caso fossem os vencedores (FERREIRA, 2003, p. 317-318). Também destacamos outra organização que surgiu dentro das fileiras do Exército: o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), que possuía o mesmo objetivo dos outros grupos citados (CARLONI, 2012, p. 85).

Tendo-se tornados vitoriosos no sufrágio ocorrido em 1955, Juscelino Kubitschek e João Goulart continuariam convivendo com a possibilidade de um golpe com o intuito de impedir a posse de ambos. Em geral, as teses oposicionistas em favor da nulidade do processo eleitoral giravam em torno de duas questões principais: os votos comunistas que teriam sido dirigidos à chapa Kubitschek-Goulart e a questão da maioria absoluta (WILLIAM, 2005, p. 92). De acordo com a primeira tese, pelo fato de o Partido Comunista do Brasil (PCB) ser ilegal, seus votos deveriam ser anulados. Como se pode ver, essa ideia é extremamente frágil, pois, na prática, não seria possível aferir quantos militantes ou simpatizantes do partido votaram naqueles candidatos, uma vez que o sufrágio era secreto. Quanto à maioria absoluta, de fato, Juscelino não a atingiu,<sup>3</sup> mas não havia nenhuma cláusula na Constituição que impedisse a posse de alguém que não havia passado dos 50%; a eleição só tinha um turno, e venceria aquele que obtivesse maioria simples.

O brigadeiro Eduardo Gomes, que havia sido derrotado pelo PSD e pelo PTB nas duas eleições presidenciais anteriores, procurou Lott visando à anulação do pleito, no que o marechal respondia que isso era uma questão atinente à Justiça Eleitoral, sem

---

<sup>3</sup> Juscelino Kubitschek teve 35,68% dos votos, ante 30,27% de Juarez Távora, e 25,77% de Adhemar de Barros. Fonte: Dados Estatísticos do TSE - [bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5217](http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5217) (último acesso: 01/02/2019)

interferências das Forças Armadas (WILLIAM, 2005, p. 93). Algum tempo depois, Lott admitiria que votou em outros candidatos em 1955, Juarez Távora e Milton Campos, respectivamente postulantes à presidência e à vice-presidência (CASTRO, 1959, p. 49), o que não o impediu de entrar em cena para garantir a legalidade do processo eleitoral. Isso ficou mais claro a partir do dia primeiro de novembro de 1955, quando o marechal se viu na obrigação de fazer valer sua autoridade no respeito à Constituição.

Naquela data, ocorreu o enterro do general Canrobet Pereira da Costa, até então presidente do Clube Militar. No funeral, estavam programados alguns discursos de seus companheiros, e um dos que falaram foi o coronel Jurandir Bizarria Mamede, inicialmente não escalado, mas que ainda assim proferiu um discurso “com tons políticos e de maneira inflamada” (WILLIAM, 2005, p. 101), chegando a se posicionar contrário ao voto dos analfabetos e concordando com a tese da maioria absoluta (WILLIAM, 2005, p. 103). A “celeuma” causada pelo discurso do coronel (JORGE, 1960, p. 80) irritou Henrique Teixeira Lott, que passou a procurar Café Filho no intuito de punir Mamede. As tentativas iniciais de se encontrar com o presidente foram frustradas, pois este alegava problemas de saúde (WILLIAM, 2005, p. 106-107). Afastado do cargo, Café Filho foi substituído pelo pessedista dissidente Carlos Luz, que se recusava a aplicar qualquer sanção ao coronel Mamede (WILLIAM, 2005, p. 114-115).

Tudo isso desencadeou uma grave crise política e militar, culminando no que ficou conhecido como “contragolpe preventivo”, iniciado em 11 de novembro de 1955. Em uma reunião marcada com Carlos Luz às 18h30 daquele dia, o marechal Lott foi obrigado a esperar por mais de duas horas, assistindo a outros ministros entrarem na sala do presidente da República. Naquele momento, ainda que não soubesse oficialmente, ele já não era mais o titular da pasta da Guerra, pois o Diário Oficial contendo a sua demissão já estava pronto (COSTA, 1960, p. 292). Além disso, o seu substituto, general Fiúza de Castro, encontrava-se no Palácio para ser empossado (WILLIAM, 2005, p. 116-117).

Após sacramentada a saída de Lott do governo, o Exército começou uma conspiração objetivando a restauração da ordem, depois do episódio considerado humilhante pelos militares. Àquela altura, generais e sargentos já estavam em prontidão, pois “a honra do representante do Exército ser maculada por civis e a hierarquia militar

quebrada constituíram importante elemento de mobilização dos oficiais e praças. Para muitos, isso se sobrepunha a qualquer questão legal” (CARLONI, 2012, p. 113). Apesar de muitos integrantes da Marinha e Aeronáutica terem se posicionado contra o movimento liderado por Lott para depor Carlos Luz (CARLONI, 2012, p. 122), as tropas do Exército eram numericamente muito superiores (FERREIRA, 2003, p. 324).

Em um telegrama dirigido aos quartéis e depois distribuído à imprensa, Lott proclamava o acontecido como “Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes” (WILLIAM, 2005, p. 132). O momento mais tenso daquele 11 de novembro aconteceu quando houve a tentativa de reação de Carlos Luz e seus auxiliares, a bordo do Cruzador Tamandaré. O objetivo do embarque era o de instalar um governo provisório em Santos, chefiado pelo então governador de São Paulo, Jânio Quadros. O Cruzador foi alvejado, mas não reagiu, o que, se acontecesse, poderia ter consequências graves para os moradores da então capital federal (WILLIAM, 2005, p. 135-139).

Após toda essa confusão, o clima não arrefeceu. O *impeachment* de Carlos Luz foi aprovado pela Câmara e Nereu Ramos, presidente do Senado, entrou no seu lugar. Café Filho, dizendo-se recuperado dos problemas que o acometeram, desejava voltar ao cargo, o que Lott considerou uma temeridade, pressionando os deputados a votarem outro impedimento, mais uma vez aprovado (COSTA, 1960, p. 323). Seguiu-se então um pedido de estado de sítio, que só seria retirado meses depois, após a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Simbolicamente alçado a uma posição de liderança dentro das correntes nacionalistas, Lott seria mais uma vez convidado a assumir a pasta da Guerra. Durante os anos em que foi ministro, Lott conseguiu debelar algumas revoltas, como a de estudantes que protestavam contra o aumento das passagens (WILLIAM, 2005, p. 190), e as provocadas por seus pares militares, como a de Jacareacanga, comandada por dois oficiais aviadores (COSTA, 1960, p. 339), e a de Aragarças, em que participaram 10 oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), três do Exército e mais alguns civis (COUTINHO, 2001). Ambas foram rapidamente derrotadas.

Em seu livro biográfico, Wagner William destacou a “ajustada sintonia” entre o presidente Juscelino Kubitschek e o marechal Lott (WILLIAM, 2005, p. 242-243). Ao

mesmo tempo, o nome do então ministro da Guerra aparecia, com cada vez mais intensidade, como potencial candidato à presidência em 1960 (WILLIAM, 2005, p. 250). O jornalista crítico a Lott, Viriato de Castro, chamou-o de “ministro enciclopédico”, por considerar que o marechal estava concedendo muitas entrevistas e opinando sobre vários assuntos, já na condição de pré-candidato (CASTRO, 1959, p. 64).

Henrique Teixeira Lott foi escolhido, finalmente, como candidato à sucessão de Kubitscheck no primeiro semestre de 1959, mais de um ano antes do sufrágio presidencial. Nome com pouco trânsito na cúpula do PSD, partido que o lançaria, o marechal recebeu pouca atenção do então presidente da República, que nas próprias palavras de Lott décadas depois, “nunca moveu uma palha” por sua candidatura (LOTT, 2002, p. 102). De qualquer forma, Lott seria abraçado por grupos não organizados na forma de partidos políticos, que defenderam seu nome com entusiasmo desde a pré-campanha, permanecendo assim nos meses que antecederam as eleições de 1960. Entre esses movimentos, destacava-se a Frente Parlamentar Nacionalista.

## **2) A FPN vai ao encontro do marechal: a luta por Lott**

“Frente Parlamentar Nacionalista articula a candidatura do marechal Teixeira Lott à presidência da República”.<sup>4</sup> Foi com essa manchete que o importante periódico *Correio da Manhã* noticiou o início das sondagens a Lott para a sucessão presidencial de 1960. Ficou evidente, desde aquele momento, que a FPN teria um papel-chave para o lançamento do marechal ao sufrágio daquele ano. Por isso, recuperar os bastidores desse processo ajuda a entender a importância da frente parlamentar na articulação de sua candidatura.

Grupo extraoficial e suprapartidário criado em 1956, a Frente Parlamentar Nacionalista foi um ator político central nas décadas de 1950 e 1960. Contando com integrantes de várias legendas, dentre as quais se destacava o PTB (RIBEIRO, 2017, p. 126), o bloco teve membros com bastante relevância no movimento nacionalista e procurou se fazer presente por diversos meios, dentro e fora do Congresso Nacional.

Com ênfase em bandeiras diversas ao longo de sua história, no início o bloco procurou defender medidas protecionistas (DELGADO, 1995, p. 69). Assim, o

---

<sup>4</sup> Jornal *Correio da Manhã*, 26/02/1959, 2º caderno.

monopólio do petróleo passou a ser pauta prioritária para o grupo. O Estado no controle da economia estava subjacente na defesa que se fazia do monopólio do petróleo, e esse fator ajudou a aproximar ideologicamente Lott e a FPN. Além disso, era sabido que Lott também era partidário da criação da Eletrobrás (SENNA, 1968, p. 198), sinalizando certo apreço pelo intervencionismo estatal, abraçado majoritariamente pelas esquerdas.

Quanto a outras ideias que puluraram no debate público daqueles anos, vê-se mais uma vez a sintonia entre Lott e FPN no tocante às chamadas “reformas de base”. Na reforma eleitoral, por exemplo, o cerne da questão estava no direito ao voto dos analfabetos, ponto de consenso dentro da frente parlamentar. Para Wagner William, Lott foi um dos grandes defensores desse direito (WILLIAM, 2005, p. 23), o que ajudou em sua aproximação do grupo. Segundo Karla Carloni, junto às questões do petróleo e do direito ao voto pelos analfabetos, a defesa da reforma agrária era outro item central a aproximar Lott dos grupos ligados às esquerdas (CARLONI, 2014, p. 236).

A participação do grupo suprapartidário se mostrou fundamental para dar fôlego a um nome com pouco trânsito entre os altos quadros do PSD. Joffre Gomes da Costa destacou, em seu trabalho, as dificuldades encontradas pelo partido na escolha de algum nome para suceder a Juscelino Kubitschek. Um dos cotados, naquela ocasião, foi Carvalho Pinto, então governador de São Paulo, que negou a possibilidade (COSTA, 1960, p. 411). Em documento encontrado no arquivo de Amaral Peixoto, vê-se que, mesmo em meados de 1959, Lott ainda não era um nome de consenso para concorrer no sufrágio presidencial.<sup>5</sup>

Lembrando o projeto JK-65, que previa o retorno de Kubitschek à presidência da República em 1965, Wagner William afirmou que seria mais fácil o PSD apoiar alguém da oposição naquele momento, pois este teria de arcar com os custos de um programa econômico impopular, que pudesse recuperar as finanças brasileiras após um período de gastos excessivos do governo Juscelino Kubitschek (WILLIAM, 2005, p. 250). Além desse motivo, o historiador Sheldon Maran trouxe outros elementos para o debate: Kubitschek veria com preocupação a escolha de um candidato dentro das esquerdas para

---

<sup>5</sup> Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. Série “Assuntos Nacionais”, classificação EAPan1958.12.25. CPDOC-FGV.



sucedê-lo, pois àquela altura, os grupos ligados a esse segmento político já eram muito populares e poderiam dificultar seu retorno ao cargo no sufrágio seguinte. Maran foi categórico em sua afirmação: “o presidente via na liderança da FPN um desafio potencial à sua volta ao poder em 1965” (MARAN, 2002, p. 159). Com todos esses dados, o nome do governador baiano Juracy Magalhães começou a ser ventilado e Lott, mais tarde, afirmaria que se fosse pela “união nacional”, poderia apoiar Juracy, mas o próprio governador negara a possibilidade (COSTA, 1960, p. 423-424), enterrada de vez por divisões internas de seu partido, a UDN (MARAN, 2002, p. 164).

Com isso, voltou-se aos nomes que já estavam em campo. Jânio Quadros, que se tornaria o eleito naquele sufrágio, teve a sua candidatura lançada no início de 1959, precipitando a corrida presidencial. Isso fez com que as articulações em torno de Lott se intensificassem e dois personagens foram fundamentais para esse processo: Cid Carvalho (PSD-MA) e José Joffily (PSD-PB), considerados os grandes responsáveis pelo lançamento do marechal Lott à presidência em 1960 (ARCHER, 1979; WILLIAM, 2005; HIPPOLITO, 2012).

O debate, entretanto, gira em torno de uma questão: Carvalho e Joffily representaram o grupo pessedista conhecido como “Ala Moça” ou o fizeram como membros da Frente Parlamentar Nacionalista? Essa questão não é desprovida de importância, pois estamos lidando com dois grupos que influenciaram sobremaneira o processo político e se destacaram no amplo movimento nacionalista. Delinear seus campos de ação e suas estratégias permite que certa confusão entre determinados personagens da época, que, muitas vezes, insinuaram que os dois grupos eram sinônimos (ARCHER, 1979), seja reduzida.

Algumas palavras são necessárias para explicar o que foi a “Ala Moça”, facção do PSD “disposta a revitalizar os métodos” do partido (HIPPOLITO, 2012, p. 166). Formado por políticos jovens, daí o nome “Ala Moça”, o grupo ganhou relevância ainda no processo eleitoral que levou Juscelino Kubitschek à presidência, sendo importante para a sua candidatura naquele pleito. Com a posse do presidente, a “Ala Moça” viveu o que a cientista política Lucia Hippolito chamou de “anos de glória” (HIPPOLITO, 2012, p.183), com vários de seus membros em postos-chave do Legislativo, como a liderança

da maioria, presidência da Câmara e da Comissão de Constituição e Justiça (HIPOLITO, 2012, p. 190). Para a autora, o grupo chegou a ser o “principal suporte legislativo do governo” (HIPOLITO, 2012, p. 190). Aos poucos, os setores mais tradicionais do PSD, chamado pela estudiosa de “raposas”, voltaram a ganhar terreno, e a “Ala Moça” foi gradativamente perdendo o seu poder.

Para Wagner William, os deputados Cid Carvalho e José Joffily agiram em nome da “Ala Moça” no processo de construção da candidatura do marechal Lott (WILLIAM, 2005, p. 250). Lucia Hippolito, maior estudiosa do PSD, afirmou que esse grupo dissidente lançou o nome de Lott à presidência como última tentativa de recuperar o seu prestígio (HIPOLITO, 2012, p. 215), mesma ideia trazida por Sheldon Maran (2002, p. 154).

Mesmo com a ênfase dada por certos autores e políticos à “Ala Moça” como a principal responsável pelo lançamento da candidatura de Henrique Teixeira Lott ao sufrágio presidencial, algumas questões precisam ser consideradas. Quando o nome de Lott passou a ser cogitado como postulante à Presidência da República em 1959, o jovem grupo reformista do PSD já estava vivendo um período crítico, praticamente sem espaços no governo e no Legislativo (HIPOLITO, 2012, p. 205). Enquanto isso, a FPN ganhava cada vez mais terreno na política brasileira, crescendo em significância. Segundo seu ex-presidente Sérgio Magalhães, após as eleições de 1958, vários deputados passaram a procurá-lo para ingressar no bloco, pois isso lhes dava prestígio (MAGALHÃES, 1983, p. 2-3). Ao pensarmos em uma candidatura como a de Lott, fora dos quadros tradicionais do maior partido político da época, é no mínimo questionável que um grupo que já se encontrava em decadência pudesse alavancar o nome e ter força para lançá-lo à sucessão do popular Juscelino Kubitschek. Já a Frente Parlamentar Nacionalista reunia políticos de várias agremiações, sendo mais plausível acreditar na sua influência para pressionar o PSD a dar legenda a Lott.

Algumas pistas ajudam a entender o papel de protagonismo do grupo suprapartidário na construção da candidatura de Lott, ainda em 1959. Já no início daquele ano, mais precisamente em fevereiro, a FPN se reuniu com o então ministro da Guerra para convencê-lo a se lançar como candidato à presidência. Segundo o *Correio da Manhã*,

o objetivo era o de “obter um pronunciamento do titular da Guerra para caracterizá-lo como candidato de oposição ‘nacionalista’ ao Sr. Jânio Quadros”.<sup>6</sup> *O Semanário* também informou esse encontro, listando quem estava presente: Bento Gonçalves, Neiva Moreira, Oswaldo Lima Filho, José Joffily, Sérgio Magalhães, Celso Brant e Abgvar Bastos. É necessário registrar que, excetuando Celso Brant, os demais ocuparam postos de comando na FPN (RIBEIRO, 2017), o que mostra que, de fato, os deputados estavam ali na condição de representantes da FPN. Naquela ocasião, o grupo nacionalista entregou ao marechal um documento com seis itens, que deveria “servir de base à formulação do seu programa para a sucessão”.<sup>7</sup> Entre eles, a defesa do monopólio estatal do petróleo, o capital estrangeiro subordinado ao nacional e a busca pela atenuação do custo de vida. O periódico ainda informou que a FPN já estava articulando para levar a possibilidade do lançamento da candidatura de Lott às instâncias partidárias das legendas dos deputados ali presentes.

Presente naquele momento e um dos principais responsáveis pelas negociações do nome do marechal à presidência da República, José Joffily afirmou, tempos depois, que “as reuniões para lançar essa candidatura foram realizadas aqui na Frente Parlamentar Nacionalista” (JOFFILY, 1982, p. 199), confirmando as sondagens feitas a Lott pela FPN. Cid Carvalho, outro nome fundamental nesse processo, deu informações parecidas com seu companheiro de partido, afirmando que foram várias as reuniões da FPN com Lott visando ao lançamento deste nome à corrida presidencial (CARVALHO, 1979, p. 38).

Em abril de 1959, outro acontecimento amplamente noticiado pelos órgãos da imprensa ratifica a nossa hipótese central. Voltando de uma viagem que fizera aos Estados Unidos, Henrique Teixeira Lott foi recebido por integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista no aeroporto, que levaram cartazes fazendo menção à candidatura do marechal. Entre os dizeres, havia um que era categórico: “Ou o apoio a Lott, ou o desastre nacional”. O dinheiro para o financiamento dos cartazes vinha dos próprios membros do grupo, que os espalharam por algumas ruas do Rio de Janeiro.<sup>8</sup> Para Viriato de Castro,

---

<sup>6</sup> Jornal *Correio da Manhã*, 26/02/1959, 2º caderno.

<sup>7</sup> Jornal *O Semanário*, Ano IV, n.159, p.1-2.

<sup>8</sup> *Jornal do Brasil*, 18/04/1959, 1º caderno, p.4.

esse foi o momento em que a candidatura começou a ganhar fôlego (CASTRO, 1959, p. 78). Lott chegou a ser perguntado por um repórter sobre o lançamento da candidatura pela FPN, no que o marechal respondeu que “a Frente não é um partido” (CASTRO, 1959, p. 76), o que demonstra que era sabido o engajamento do grupo suprapartidário nesse processo.

No dia em que foi sacramentada oficialmente a candidatura de Lott, mais uma vez a Frente Parlamentar Nacionalista esteve presente. O evento ocorreu em 4 de junho de 1959, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), onde também foi formado o primeiro Comitê Nacional Pró-Lott, que se espalharia pelo Brasil. O presidente era o pessedista Último de Carvalho, o primeiro vice-presidente era Cesar Prieto, e o segundo, Bento Gonçalves.<sup>9</sup> Vale lembrar que esses dois últimos eram membros ativos da frente parlamentar.

Apesar das evidências em torno do apoio maciço da FPN a Lott, Francisco Reinaldo de Barros (1984) afirmou que houve um “racha” dentro da Frente Parlamentar Nacionalista durante a campanha à presidência. Wagner William foi além, dizendo ter havido um “racha definitivo” no bloco por causa da candidatura do marechal (WILLIAM, 2005, p. 255). Nesse ponto, acreditamos que Lucília Delgado apresentou uma visão mais adequada da situação, pois, segundo a autora, o que ocorreu foram “algumas dissensões internas” na frente parlamentar (DELGADO, 1995, p. 66).

A seguir, levantamos elementos que relativizam esse “racha” dentro da FPN. Em primeiro lugar, como o próprio William admitiu, as dissidências partiram, sobretudo, dos udenistas (WILLIAM, 2005, p. 255), que tinham como candidato oficial Jânio Quadros. Depois, nunca é demais lembrar que, embora tivesse nomes importantes na frente parlamentar, a UDN não passou de 10% do total de componentes (RIBEIRO, 2017, p. 67). Em terceiro lugar, ainda que esses udenistas presentes na FPN não estivessem unidos em torno de Lott, não significa dizer que fizeram campanha automática pelo outro candidato, o que, se tal ocorresse, aí sim poderia causar atritos na FPN, haja vista seu empenho contumaz na candidatura do marechal Lott.

---

<sup>9</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo DPS. Acervo Polícia Política, série “Panfletos apreendidos”, n.1382.

Alguns casos chamam a atenção quando se analisa esse superestimado “racha” na FPN. Em uma coluna escrita por Blanchard Girão para *O Semanário*, o jornalista afirmou que Adahil Barreto, da UDN, era um dos principais entusiastas de Lott, mas mesmo assim, declarou voto mais tarde em Jânio Quadros.<sup>10</sup> O mesmo teria ocorrido com Seixas Dória, outro udenista, reconhecidamente uma das principais figuras do nacionalismo e que, em uma determinada ocasião, afirmara que “ainda que toda a UDN aprove a candidatura do Sr. Jânio Quadros, não votarei nele de nenhuma maneira”.<sup>11</sup> Não resta dúvidas de que, nesses casos, a fidelidade partidária falou mais alto, e tanto Adahil Barreto quanto Seixas Dória decidiram seguir a orientação da legenda na qual estavam filiados.

Uma carta aberta escrita por Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, a Seixas Dória, publicada no jornal *O Semanário*, ajuda a entender as dissensões da frente parlamentar. Considerando o udenista como um “general do nacionalismo”, Julião afirmou entender a posição delicada de Dória no tocante ao apoio de seu partido a Jânio Quadros, mas criticou o fato de o deputado “varrer os quatro cantos do país, como um tufão, defendendo com um ardor que não se justifica a candidatura que você com o mesmo ardor combateu na convenção nacional do seu próprio partido”.<sup>12</sup> Nessa mesma carta, Julião lembrou o posicionamento de outro udenista de relevo, Gabriel Passos, que teria optado pela neutralidade. O autor afirmou ainda que 95% da FPN estava com Lott, à exceção do próprio Seixas Dória, Adahil Barreto e Hélio Machado. Não sabemos se essa porcentagem é correta, mas não parece exagero afirmar que apenas esses três nomes se envolveram diretamente na campanha do candidato adversário a Lott.

Em outra edição de *O Semanário*, os nomes dos deputados que não seguiram a orientação da FPN foram expostos, acrescentando outro: Fernando Ferrari. O parlamentar, que foi uma das principais referências petebistas e membro de destaque no bloco suprapartidário, fundou uma dissidência do PTB em 1960, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), cujas razões de sua origem fogem aos objetivos desse

---

<sup>10</sup> Jornal *O Semanário*, ano V, n.218, p. 7.

<sup>11</sup> Jornal *O Semanário*, ano V, n.222, p. 7.

<sup>12</sup> Jornal *O Semanário*, ano V, n. 218, p. 12.

trabalho. O que importa é que, devido ao lançamento da própria candidatura a vice-presidência em outra chapa, Ferrari não apoiou Lott. Sobre o outro nome que divergiu da posição da frente parlamentar, Hélio Machado, o jornal afirmou que “não se sabe porque foi nela [FPN] admitido”.<sup>13</sup> De fato, este deputado não entrou na lista que produzimos dos nomes que compuseram a frente parlamentar (RIBEIRO, 2017), indicando que sua passagem pelo bloco pode ter sido irrelevante e rápida. Assim, é provável que, dentro da FPN, apenas Adahil Barreto e Seixas Dória tenham feito campanha aberta contra o candidato escolhido pela frente parlamentar, o que torna a ideia de “racha” exagerada.

Ao longo dos anos de 1959 e 1960, a FPN emitiu alguns informativos sobre o estado da arte daquela campanha. Em um deles, reproduzido por *O Semanário*, vê-se que deputados que não faziam parte do bloco se reuniram com alguns membros da frente parlamentar para avaliar o andamento do processo eleitoral, que, na visão dos presentes, estava bem-sucedido.<sup>14</sup> Outra forma de participação da FPN aconteceu por meio do envio de parlamentares para acompanhar Lott em suas viagens, incluindo o presidente do grupo suprapartidário, Bento Gonçalves, que ia na condição de representante do bloco (SENNA, 1968, p. 70). Os comícios também foram outras oportunidades em que houve engajamento da frente parlamentar na campanha, como o que aconteceu em março de 1960 na Cinelândia, em que Celso Brant (PR-MG) foi um dos oradores. Segundo o *Gazeta de Notícias*, o deputado esteve ali na condição de membro da FPN.<sup>15</sup> Em outra ocasião, o udenista Costa Lima protestou em plenário contra uma série de ataques que teriam sido feitos por elementos da Frente Parlamentar Nacionalista contra Jânio Quadros em seu estado, o Ceará. Na fala, Lima, sem citar nomes, reclamou contra o “festival de injúrias” e a “campanha de difamação e de calúnia” contra Quadros promovido pela FPN,<sup>16</sup> mais um indício do engajamento do grupo no processo eleitoral.

O próprio marechal Lott foi questionado a respeito de sua ligação com a frente parlamentar, em entrevista exclusiva dada ao jornal *O Semanário*. Nela, o presidenciável

---

<sup>13</sup> Jornal *O Semanário*, ano V, n.222.

<sup>14</sup> Jornal *O Semanário*, Ano V, n.219.

<sup>15</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo DPS. Dossiê “Campanha Eleitoral 1959-1960”, notação 30.120.

<sup>16</sup> Diário do Congresso Nacional, 19/08/1960, p. 5682.

afirmou estar afinado “perfeitamente com essa ordem de ideias [...] Mesmo com possíveis ressalvas a uma ou outra formulação, o que é secundário na espécie, pois o fundo e o objetivo é que importam”.<sup>17</sup> Reverberando a entrevista, José Joffily destacou a “posição de identificação de pensamento, de ideias, de afinidade de sentimentos” entre a FPN e Lott.

Assim, como bem salientou Wagner William, “a perfeita identificação de Lott com os ideais nacionalistas o catapultou à condição de celebridade da FPN” (WILLIAM, 2005, p. 252). Reforçando os argumentos apresentados durante o texto, o historiador Sheldon Maran foi categórico ao afirmar que se tratava de uma candidatura “sustentada” pela FPN (MARAN, 2002, p. 163). Ao dar detalhes do processo que levou à escolha do nome de Lott a presidenciável, Oswaldo Lima Filho, membro destacado do bloco suprapartidário, sentenciou que “foi a Frente que promoveu a candidatura do marechal Lott” (LIMA FILHO, 1977, p. 79). Com todas as evidências apresentadas ao longo desse trabalho, parece que a frase dita por este deputado não foi exagerada, pois a Frente Parlamentar Nacionalista teve um papel proeminente no lançamento da candidatura de Henrique Teixeira Lott à presidência da República e na sua campanha eleitoral.

### **Considerações finais**

Com a carreira marcada por uma ascensão rápida dentro das fileiras militares, Henrique Teixeira Lott foi personagem central em acontecimentos marcantes no período da chamada Segunda República. Considerado apolítico e legalista por diferentes setores da sociedade, o marechal rapidamente “se tornou importante referência nacionalista de várias correntes partidárias” (CARLONI, 2014, p. 23).

A principal questão desse trabalho foi aferir o alcance da participação da Frente Parlamentar Nacionalista no processo que levou ao lançamento da candidatura do marechal Lott à corrida presidencial em 1960. A hipótese defendida foi a de que, dada a similitude de pautas entre o grupo e Lott, além de algumas declarações da época que atestavam a participação da frente parlamentar naquele momento, o bloco suprapartidário teve um papel protagonista na construção da candidatura.

---

<sup>17</sup> Jornal *O Semanário*, Ano IV, n. 173.

Para tanto, apresentamos indícios do grau de envolvimento da FPN no lançamento do nome de Lott à presidência, assim como de seu engajamento durante a campanha. Investigamos algumas questões envolvendo a participação da FPN no período eleitoral, como o papel da “Ala Moça”, grupo importante do PSD e presente no bloco suprapartidário, e o superestimado “racha” dentro da frente parlamentar. A partir de depoimentos de deputados em plenário, reportagens em jornais, folhetos e cartazes distribuídos durante o processo eleitoral e entrevistas feitas posteriormente, consideramos a Frente Parlamentar Nacionalista, não obstante seu caráter extraoficial, a principal responsável pela candidatura.

Grande parte da bibliografia citou a participação da FPN, mas quase sempre o fez de maneira marginal. Assim, ela seria apenas mais um grupo da sociedade civil que apoiou o nome de Lott, dado o seu apelo junto a diferentes correntes nacionalistas. Com esse trabalho, procuramos demonstrar que, desde o início, a Frente Parlamentar Nacionalista teve papel de relevo na construção da candidatura, pressionando pelo lançamento de Lott à corrida presidencial e participando das atividades de campanha. Com a documentação pessoal de Henrique Teixeira Lott recentemente doada ao CPDOC,<sup>18</sup> é possível que haja alguma nova evidência que ateste a relação entre o marechal e a FPN, contribuindo para a continuidade desse debate. De qualquer maneira, com as informações já acessíveis, não se pode relativizar o engajamento da Frente Parlamentar Nacionalista nas eleições de 1960, ator fundamental naquele processo.

**Fontes:**

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. CPDOC-FGV.

BRASIL. Diários do Congresso Nacional. Brasília, 1956-1964.

Dossiê “Campanha Eleitoral 1959-1960”, Fundo DPS. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Série “Panfletos apreendidos”, Fundo DPS. Acervo Polícia Política. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

- Entrevistas:

Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978). Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

José Joffily (depoimento, 1977-1978). Rio de Janeiro: CPDOC, 1982.

---

<sup>18</sup> Até a data em que esse trabalho foi escrito, a documentação estava em fase de higienização e organização, segundo informações dadas pelo próprio arquivo.



Oswaldo Lima Filho (depoimento, 1977). Rio de Janeiro: CPDOC, 1977.

Renato Archer (depoimento, 1977-1978). Rio de Janeiro: CPDOC, 1979.

Sérgio Magalhães (depoimento, 1978). Rio de Janeiro: CPDOC, 1983.

- Jornais (ambos disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional):

*Correio da Manhã*.

*O Semanário*.

### **Bibliografia:**

BARROS, Francisco Reinaldo de. Verbete Frente Parlamentar Nacionalista. In: BELOCH, Isabel; ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro; 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

CARLONI, Karla G. *Forças Armadas e Democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2012.

\_\_\_\_\_. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Uma biografia política*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2014.

CASTRO, Viriato de. *Espada X Vassoura: Marechal Lott*. São Paulo: Palácio do Livro, 1959.

COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Teixeira Lott*. RJ: s/d, 1960.

COUTINHO, Amélia. Verbete “Henrique Teixeira Lott”. In: ABREU, A. A. et al (Orgs.); *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*. São Paulo/ANPUH, v.14, n.27, p.61-71, 1995.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.3, 2003.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JORGE, Salomão. *A vida do Marechal Lott: a espada a serviço da lei*. São Paulo: EDIGRAF, 1960.

MARAN, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RIBEIRO, Guilherme L. *Radicalização e crise: o protagonismo das frentes parlamentares no governo João Goulart (1961-1964)*. Curitiba: Appris, 2017.

SENNA, Milton. *Como não se faz um presidente*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.